

EMPRESAS FAMILIARES E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: QUAL A INFLUÊNCIA DO CONTROLE E DA GESTÃO FAMILIAR?

FAMILY BUSINESSES AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: WHAT IS THE INFLUENCE OF FAMILY CONTROL AND MANAGEMENT?

JOSIANE SILVA COSTA DOS SANTOS¹

Universidade Federal do Paraná

 <https://orcid.org/0000-0002-5072-5267>

josiane.santos@unemat.br

LAÍS BEATRIZ KRULY

Universidade Federal do Paraná

 <https://orcid.org/0000-0002-9807-618X>

laiskruly@gmail.com

THAIS ALVES LIRA

Universidade Federal do Paraná

 <https://orcid.org/0000-0002-6310-6991>

lira1thais@gmail.com

ALLISON MANOEL DE SOUSA

Universidade Federal do Paraná

 <https://orcid.org/0000-0002-5959-6078>

allison.msousa@gmail.com

NAYANE THAIS KRESPI MUSIAL

Universidade Federal do Paraná

 <https://orcid.org/0000-0002-9653-1417>

nayanethais@ufpr.br

RESUMO

No presente estudo busca-se analisar o impacto de empresas familiares, que participaram do Índice de Sustentabilidade Empresarial, na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A amostra, composta por 43 empresas brasileiras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial, totaliza 126 observações feitas no período de 2019 a 2021. Os dados foram submetidos à análise fatorial exploratória para estimar as diferentes dimensões dos ODS (social, econômica e ambiental) que, por conseguinte, foram analisados por meio da regressão de dados em painel. Os resultados evidenciaram que empresas com gestão familiar diminuem práticas ligadas à dimensão social dos ODS. No entanto, o fato de a organização ser familiar ou possuir controle familiar não influencia nas práticas ligadas aos ODS nas dimensões social, econômica e ambiental. Ademais, os achados demonstraram que empresas com gestão familiar não estão relacionadas à adoção de práticas dos ODS nas dimensões econômica e ambiental. Esses resultados contribuem para as discussões acerca do meio ambiente, sustentabilidade, investimentos que prezam pela responsabilidade socioambiental, atuação de empresas familiares e aderência aos ODS, especialmente ao evidenciar que as diferentes características das empresas familiares no Brasil que compõem o ISE, geralmente não implicam aumento das práticas ligadas aos ODS. Sendo assim, pode também auxiliar nas decisões dos investidores, credores e órgãos reguladores sobre a adoção de práticas socioambientais.

Editado em português e inglês. Versão original em português.

¹ Endereço para correspondência: Avenida Prefeito Lothário Meissener, 632, 1º andar, sala 120 | Jardim Botânico | 80210-170 | Curitiba/PR | Brasil.

Artigo apresentado no Gecamb 2022, in 9th Conference on Environmental Management and Accounting, Portuguese CSEAR Conference, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, de 4 a 5 de novembro de 2022.

Recebido em 15/02/2023. Revisado em 24/04/2023. Aceito em 19/05/2023 pelo Prof. Dr. Rogério João Lunkes (Editor-Chefe). Publicado em 15/06/2023.

Copyright © 2023 RCCC. Todos os direitos reservados. É permitida a citação de parte de artigos sem autorização prévia, desde que identificada

Palavras-chave: Empresas familiares. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Índice de Sustentabilidade Empresarial.

ABSTRACT

We analyzed the effect of family businesses participating in the Corporate Sustainability Index on adopting Sustainable Development Goals (SDGs). Our sample consisted of 43 Brazilian companies listed in the Corporate Sustainability Index (CSI) that totaled 126 observations from 2019 to 2021. We submitted the data to exploratory factor analysis to estimate the different dimensions of the SDGs (social, economic, and environmental) that, therefore, were analyzed using panel data regression. We found that family-run companies reduce practices linked to the social dimension of the SDGs. However, the fact that the company is family-owned or has family control does not influence practices linked to the SDGs in the social, economic, and environmental dimensions. We found that family-run companies are unrelated to adopting SDG practices in the economic and environmental dimensions. Our results contribute to discussions about the environment, sustainability, investments that value socio-environmental responsibility, the activities of family businesses, and adherence to the SDGs. Especially when showing that the different characteristics of family businesses in Brazil that make up the CSI generally do not imply an increase in practices related to the SDGs. Therefore, our findings can help investors, creditors, and regulatory bodies decide on adopting socio-environmental practices.

Keywords: Family businesses. Sustainable Development Goals. Corporate Sustainability Index.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as transformações ambientais ganharam mais evidência, devido ao consumo de recursos e à poluição do meio ambiente, de maneira a comprometer as necessidades das próximas gerações. Tais preocupações ganharam destaque especialmente com as conferências de Estocolmo (1972), do Rio de Janeiro (1992, 2012) e de Paris (2015). No entanto, mesmo com as pretensões ambiciosas pactuadas nos relatórios decorrentes dessas conferências, poucas foram as ações concretas observadas (Tiradentes, 2021).

A Agenda 2030, elaborada na conferência de Paris, estipulou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030 (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015). Todavia, chegada a metade do prazo, poucos foram os avanços obtidos (Sdg Tracker, 2022). Em 2021, foi firmado o Pacto Climático de Glasgow (COP26), o qual foi alinhado aos ODS, e reforçou a necessidade da transição energética e o corte de emissões de CO² até 2050. Apesar disso, a COP26 apresentou tímido avanço, insuficiente para conter o aquecimento global, que caminha para mudanças climáticas mais intensas do que o previsto pela Agenda 2030 (Harvey, 2021).

Diante desse cenário, destaca-se a relevância do papel das organizações no que concerne à preservação do meio ambiente e à sustentabilidade. A responsabilidade social corporativa pode ser vista como uma relevante ferramenta para a sustentabilidade das empresas, visto constituir uma concepção de negócio que engloba valores éticos de respeito a pessoas, comunidades e ao meio ambiente. Dessa forma, uma gestão concebida como socialmente responsável e comprometida com o desenvolvimento sustentável pressupõe relações éticas e transparentes com seus *stakeholders* e com a sociedade em geral, atuando de maneira a preservar recursos ambientais e humanos (Kraemer, 2005).

Todavia, em que pese haver divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade ou até mesmo menção dos ODS nos relatórios das corporações, não se pode dizer que essas empresas estariam, de fato, comprometidas com a implementação dos ODS em suas atividades.

Song et al. (2022) mencionam que a ausência de ferramentas que possibilitem a avaliação e o acompanhamento das ações desenvolvidas visando a sustentabilidade nas empresas dificulta a efetiva concretização dessas atividades.

Ainda que se percebam dificuldades na avaliação da implementação dos ODS, a estratégia organizacional de preocupação com os riscos ligados à área socioambiental reflete, de maneira positiva, na reputação das empresas (Castro Neto et al., 2020). Visando apoiar a tomada de decisão de investidores que desejem aplicar seu capital em empresas que valorizem ações voltadas à sustentabilidade, e estimular mais organizações a adotarem práticas alinhadas aos ODS, entende-se necessário o estabelecimento de ações efetivas e eficientes. Assim, alguns índices de ações foram constituídos por empresas que aderem a determinadas práticas sustentáveis (Souza et al., 2019), como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que apresenta opções de investimentos comprometidos com questões que suplantam o mero lucro, possuindo também uma evidente responsabilidade socioambiental (B3, 2022).

Apesar de diferentes empresas participarem do ISE, nem todas as companhias partilham as mesmas características, que impactam diretamente nas decisões de curto, médio e longo prazo. Essas características podem atuar como fatores que possibilitam intensificar ou, até mesmo, desestimular a adoção de práticas alinhadas aos objetivos ligados aos ODS. Estudos indicam como um aspecto que pode estar relacionado à adoção ou à intensificação de práticas de responsabilidade socioambiental o fato de serem empresas familiares (Westhead & Howorth, 2007; Oudah et al., 2018; Ferreira et al., 2021). Isso se deveria porque os membros das famílias tendem a estabelecer ações que impactem positivamente na companhia no médio e longo prazo, uma vez que procuram manter a continuidade da empresa como forma de preservar o patrimônio em poder da família, especialmente na transição da companhia para as próximas gerações (Monteiro et al., 2019; Pestana et al., 2021). Por esse motivo, a implementação de planos socioambientais eficientemente desenvolvidos pode ser uma saída para o alcance desses objetivos, até porque tornam possível tanto o alcance de benefícios econômicos (Mason, 2021), como de reputação corporativa (Long & Mathews, 2011) e de sobrevivência da empresa (Ferasso et al., 2020; Ferreira et al., 2021).

Embora possa se entender que a tendência das empresas familiares seja adotar de modo mais intensificado práticas socioambientais, essas companhias se relacionam de forma distinta com a família. Algumas empresas, por exemplo, apesar de serem familiares, não têm maioria do capital votante controlado por membros da família; outras não possuem membros que participam do alto escalão executivo (Pestana et al., 2021). Esses aspectos impactam diretamente nas decisões que as empresas familiares realizam em busca do lucro que advém de metas de curto, médio e longo prazo. Assim, a depender do nível de envolvimento da família com a companhia, o nível de adoção dos ODS pode ser diferente. Diante disso, busca-se, neste estudo, analisar o efeito de empresas familiares que participam do Índice de Sustentabilidade Empresarial na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nessa perspectiva, algumas justificativas alicerçam a realização deste trabalho, como: o crescimento de mercados ecológicos; o maior interesse dos investidores e consumidores em empresas com práticas sustentáveis; e a criação de valor e imagem positiva, conferida pela adesão a um modelo de responsabilidade socioambiental. Tais fatores constituem elementos estratégicos para diferenciar as organizações, e podem implicar benefícios econômico-financeiros para as empresas no longo prazo (Souza et al., 2019; Mason, 2021).

Outro importante ponto a ser destacado refere-se ao envolvimento em decisões ligadas à responsabilidade socioambiental, o qual ocorrerá de maneira diversa em cada empresa (Hsueh, 2018; Ferreira et al., 2021), uma vez que depende de características intrínsecas à própria companhia, como por exemplo, se a empresa pertence a alguma família ou se possui membros da família como participantes da alta gestão executiva (Westhead & Howorth, 2007; Oudah et al., 2018; Ferreira et al., 2021). Ressalta-se esse ponto como interessante para a ampliação da

temática, especialmente no Brasil, em cujo mercado de capitais observa-se significativa presença de empresas familiares.

O Brasil está no cerne das discussões a respeito dos aspectos intrínsecos ao meio ambiente e à busca de ações sustentáveis, pois nele está localizada grande parte da Floresta Amazônica, além de possuir considerável potencial para desfrutar de uma economia carbono zero. Por essas características, fomentar ações ligadas à responsabilidade socioambiental é um caminho que pode gerar benefícios de longo prazo às empresas que atuam no território brasileiro, como se pode conferir nos estudos de Adomako et al. (2019) e Mason (2021). Esse fomento pode impactar na sobrevivência das empresas a longo prazo e assegurar o crescimento de sua participação de mercado, devido à credibilidade adquirida frente aos investidores e consumidores, pontos que são de interesse sobretudo das empresas familiares (Hsueh, 2018; Adomako et al., 2019; Ferasso et al., 2020).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 consiste em uma política de estratégia integrativa e global, que visa implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de maneira a erradicar a pobreza, preservar o meio ambiente e o clima, bem como salvaguardar a todas as pessoas paz e prosperidade. Adotada em 2015 pelos 193 países membros das Organizações das Nações Unidas, a Agenda 2030 dispõe sobre os 17 ODS, os quais contemplam as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental – e visam conduzir a humanidade a um caminho mais sustentável e resiliente (ONU, 2015).

Em meados de 1990, Elkington elaborou o conceito do “*triple bottom line*”, representando uma estrutura conceitual ligada à ideia de sustentabilidade que visa medir o desempenho econômico, social e ambiental das empresas (Elkington, 2018). O êxito ou o fracasso dos objetivos da sustentabilidade não se resumem a conceitos de lucro/prejuízo; eles vão além, englobando a concepção social (de bem-estar das pessoas), econômica (não se limitando a aspectos financeiros, voltados apenas ao lucro), e ambiental (considerando a saúde do planeta) (Azapagic, 2003; Jamali, 2006; Barbieri et al., 2010; Dyllick & Hockerts, 2002).

A implementação de estratégias integradas de gestão em empresas que se alinhem aos aspectos sociais, econômicos e ambientais é essencial para que se atinja um equilíbrio de sustentabilidade na corporação (Munck et al., 2011). A sustentabilidade corporativa pode ser compreendida como um modo de atuação da empresa, em que as necessidades dos diferentes *stakeholders* são atendidas, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades de futuras gerações (Wced, 1987). Reflexo da preocupação com a sustentabilidade corporativa é a adesão aos ODS, os quais visam inspirar o engajamento à sustentabilidade nas empresas (Liszbinski & Brizolla, 2021).

Diante dessa realidade, as informações divulgadas de forma voluntária nos relatórios de sustentabilidade corporativa ou nos relatórios de responsabilidade social passaram a ter maior relevância (Lindgreen & Swaen, 2010; Calixto, 2013). Dessa forma, esses relatórios constituem o meio pelo qual se tornam públicos os impactos econômicos, ambientais e sociais da empresa e, na mesma medida, possibilitam que se mensurem e sejam compreendidos os esforços das organizações no sentido de cumprir os ODS, permitindo a estipulação de metas e divulgando informações de cunho socioambiental (Campos et al., 2013).

A relação entre os ODS e a sustentabilidade corporativa foi abordada em diversos estudos, demonstrando que a presença daqueles consiste em marco de referência para avaliar a sustentabilidade das empresas (Topple et al., 2017), reforçar a adesão à sustentabilidade (Schönherr et al., 2017; Rosati & Faria, 2019), propiciar oportunidades de investimentos

(Schramade, 2017; Morioka et al., 2017), e evidenciar o sucesso de organizações a longo prazo (Ortiz-de-Mandojana & Bansal, 2016).

Os ODS têm por pretensão conduzir a humanidade à sustentabilidade, erradicando-se pobreza e fome, e assegurando igualdade, dignidade, vida pacífica e em harmonia com a natureza (ONU, 2015). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável demanda novas formas de se organizar as economias, uma vez que o sistema vigente atua de maneira parasitária, conduzindo ao esgotamento dos recursos existentes. Uma economia sustentável pressupõe a existência de negócios resilientes, capazes de criar alternativas de enfrentamento aos problemas sociais e ambientais existentes, e que implementem inovações sustentáveis e renovações estratégicas (Mindt & Rieckmann, 2017).

Assim sendo, o setor empresarial, cuja importância é ressaltada na própria Agenda 2030, assume papel essencial neste processo. O estímulo à adoção de práticas sustentáveis e a consequente divulgação nos relatórios podem constituir relevante ferramenta de criação de valor nas organizações, além de contribuir para sua longevidade (Adams, 2017).

2.2 Empresas familiares e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

As empresas familiares têm, muitas vezes, origem, ascensão e continuidade relacionadas a uma família, podendo possuir, no alto escalão executivo, membros desta mesma família (Brenes et al., 2011). Os membros da família não necessariamente estão em cargos ligados à direção, como *Chief Executive Officer* e *Chief Financial Officer*, mas podem exercer atividades, como de conselheiros de administração (Villalonga & Amit, 2006). Desse modo, os membros da família podem afetar diretamente nas decisões dos diretores da empresa, mesmo que estes sejam executivos profissionais contratados para gerir a empresa.

Em muitas empresas ocorre a separação entre propriedade e controle. No entanto, em empresas familiares, esse comportamento não é o mais usual, já que a família tende a ocupar cargos de alta gestão da companhia. A presença de membros da família na alta cúpula executiva da companhia tem como principal propósito zelar pela continuidade da empresa, especialmente porque a companhia é um patrimônio da família na atual geração e, ao considerar os objetivos da família proprietária da empresa, esta deve ser transferida nas atuais ou melhores condições para as próximas gerações (Monteiro et al., 2019; Pestana et al., 2021). Consequentemente, nas empresas familiares, alguns comportamentos são distintos das companhias não familiares, por exemplo, elas têm menor nível de endividamento com terceiros, e adotam investimentos com menor nível de risco (Ampenberger et al., 2013; Mehboob et al., 2015). Esse fato decorre, também, da tentativa de não infringir *covenants* e colocar em risco o nível de poder e influência que a família desfruta perante a empresa (Platikanova, 2017).

Além dessas características, as empresas familiares tendem a se preocupar, em maior intensidade que as demais, com decisões que, além de proporcionar retornos no curto prazo, privilegiam benefícios econômicos ao considerar o médio e longo prazo. Esse comportamento é oriundo da preocupação relacionada à continuidade e sobrevivência, em um mercado altamente competitivo (Ferasso et al., 2020). Nesse caso, para as decisões de longo prazo, tais empresas prospectam o futuro e procuram adotar práticas que amenizem eventual risco de não sobrevivência no longo prazo.

Com as mudanças climáticas derivadas do aquecimento global, a sustentabilidade ambiental se tornou o cerne das discussões em encontros, onde estão presentes diferentes empresas e/ou países. As conferências de Estocolmo (1972), do Rio de Janeiro (1992, 2012) e de Paris (2015), bem como o acordo firmado na COP26, foram cruciais para a implementação de metas e ações, visando reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito estufa. A adesão das empresas a referidos acordos constitui uma clara sinalização à sociedade de que a sustentabilidade ambiental e demais ações sociais são uma meta a longo prazo. Ao mesmo passo,

compreende-se que as empresas também serão impactadas pelos objetivos de redução da emissão de carbono. Assim, justamente por esses motivos, a adoção de práticas ligadas à sustentabilidade representa um recurso que as empresas podem utilizar para sobreviver ao considerar o longo prazo (Ferasso et al., 2020; Ferreira et al., 2021).

Esse recurso, dependendo das características das companhias, pode ser utilizado em diferentes intensidades. Empresas familiares, em relação às não familiares, tendem a adotar práticas relacionadas à responsabilidade socioambiental de modo mais acentuado (Westhead & Howorth, 2007; Oudah et al., 2018; Ferreira et al., 2021; Kazancoglu et al., 2021; Haddoud et al., 2021). Esse comportamento se dá pelo fato de a responsabilidade socioambiental ser um recurso necessário para a sobrevivência da empresa, havendo, portanto, interesse dos sócios para que tais práticas sejam adotadas de modo mais intensivo, visto que a companhia terá vantagem competitiva no mercado em que atua, permitindo dessa forma, a preservação do patrimônio para as próximas gerações (Adomako et al., 2019; Ferasso et al., 2020).

No tocante às práticas de responsabilidade socioambiental destacam-se os ODS, os quais podem ser adotados pelas empresas familiares como forma de incorporar práticas de responsabilidade socioambiental e sinalizar aos investidores, aos consumidores e aos demais agentes do mercado, condutas de respeito social e ao meio ambiente (Ferreira et al., 2021). Desse modo, intensificar a adoção de ODS pode ser uma forma de obter vantagem competitiva e ganho de credibilidade (Hsueh, 2018).

Em que pese que a adesão aos ODS seja uma prática benéfica à empresa, companhias familiares podem não se comportar da mesma forma quanto à adoção desses objetivos. Isso acontece porque a empresa pode ser familiar, no entanto, por diferentes motivos, pode não ter o controle sobre o capital votante da empresa, por exemplo. Além disso, nem todas as empresas familiares possuem membros de seu núcleo familiar no alto escalão executivo. Esses dois pontos mencionados justificam os motivos pelos quais as empresas familiares podem ter intensidades distintas quanto à adoção dos ODS. Nesse sentido, observa-se que empresas familiares tendem a adotar, de forma mais significativa, práticas ligadas aos ODS. Entretanto, algumas características intrínsecas a essas empresas, como o controle acionário estar nas mãos da família ou a empresa dispor de membros do núcleo familiar na alta cúpula executiva, podem impulsionar o nível dessa adoção.

3 METODOLOGIA

3.1 Amostra e coleta de dados

Trata-se de pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e, quanto aos procedimentos, documental. A população do presente estudo foi composta, inicialmente, pelas 48 empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 do mês de junho de 2022. A escolha de referida carteira se justifica em virtude de este índice estar relacionado a empresas que tenham comprometimento com a adoção de melhores práticas de sustentabilidade (B3, 2022). Entretanto, devido à falta de informações sobre práticas de responsabilidade socioambiental decorrente da não publicação de Relatórios de Sustentabilidade ou não apresentação dessas informações nos Relatórios de Administração, algumas empresas não puderam ser observadas. Assim, para a definição da amostra final do estudo foram retiradas cinco empresas financeiras, resultando em uma amostra composta por 43 companhias, com o total de 126 observações.

No tocante à coleta dos dados, as informações sobre os 17 ODS foram extraídas dos Relatórios de Administração e dos Relatórios de Sustentabilidade, os quais devem ser disponibilizados anualmente por todas as empresas que participam do ISE. Esses documentos foram obtidos no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no site das empresas - no campo de Relações com Investidores. Ainda, as informações referentes à classificação de

características das empresas, como, por exemplo: (i) empresa familiar; (ii) empresa com controle familiar; e (iii) empresa com gestão familiar, foram extraídas do site Fundamentus® e do Formulário de Referência. Os dados econômico-financeiros das empresas, utilizados como variáveis de controle, foram obtidos por meio da base de dados Refinitiv Eikon®. O período estipulado para recorte da análise compreendeu os anos de 2019 a 2021.

3.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abrangem a perspectiva econômica, ambiental e social, e são divididos em 17 metas. As informações foram coletadas por meio da análise de conteúdo dos relatórios, utilizando-se como palavras-chave: ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS 1 – Erradicação da pobreza, ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 – Saúde e bem-estar, ODS 4 – Educação de qualidade, ODS 5 – Igualdade de gênero, ODS 6 – Água potável e saneamento, ODS 7 – Energia acessível e limpa, ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 – Indústria inovação e infraestrutura, ODS 10 – Redução das desigualdades, ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 – Consumo e produção responsáveis, ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima, ODS 14 – Vida na água, ODS 15 – Vida terrestre, ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, e ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

Para mensurar o índice de evidenciação, considerou-se o valor 1 (um), caso a empresa realizasse alguma ação voltada para algum ODS, e 0 (zero), caso não fosse identificada nenhuma ação. A fim de cumprir o objetivo do estudo, seguiu-se a lógica apresentada pelo trabalho de Queiroz et al. (2021) no que tange à submissão dos resultados à análise fatorial exploratória, considerando que muitos dos objetivos estão correlacionados entre si e, quando analisados conjuntamente, podem ser agrupados em dimensões ligadas a questões sociais, ambientais e econômicas (Queiroz et al., 2021).

Posteriormente, as 17 variáveis referentes a cada um dos ODS foram submetidas à Análise Fatorial Exploratória (AFE), verificando-se a formação, inicialmente, de quatro fatores. No entanto, o quarto fator apresentou somente uma variável (ODS 17), tendo-se por esse motivo optado pela sua exclusão da análise, restando assim três fatores. Sequencialmente, as 16 variáveis restantes foram submetidas à análise fatorial exploratória. Os resultados do teste de esfericidade de Bartlett ($X^2 = 875,55$; valor- $p < 0,000$) e de Kaiser-Meyer-Olkin (0,838) indicaram que os dados estão adequadamente ajustados à AFE, de acordo com o sugerido por Hair et al. (2009). No que tange ao procedimento de rotação ortogonal utilizou-se o método Varimax por possibilitar o agrupamento de variáveis em fatores altamente correlacionados entre si, facilitando a interpretação e a identificação das características em comum das variáveis que compõem os fatores (Fávero & Belfiore, 2017), que possuem variância extraída superior a 0,30. Os resultados acerca da AFE rotacionadas pelo método Varimax são apresentados na Tabela 1:

Tabela 1

Extração dos fatores pelo método Varimax

Variável	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Comunalidade
ODS 1	0,3081	0,7216	0,1224	0,6306
ODS 2	0,0991	0,7626	0,0664	0,5963
ODS 3	0,6058	0,3331	0,2312	0,5315
ODS 4	0,5823	0,0189	0,2087	0,383
ODS 5	0,7885	0,2423	0,0426	0,6822
ODS 6	0,2500	0,7372	0,1625	0,6324
ODS 7	0,2985	0,3776	0,4910	0,4727
ODS 8	0,8318	0,1006	0,1796	0,7343
ODS 9	0,3384	0,0904	0,5658	0,4427

ODS 10	0,4881	0,4218	0,2740	0,4913
ODS 11	-0,0136	0,2571	0,6844	0,5317
ODS 12	0,4419	0,2270	0,5816	0,585
ODS 13	0,3171	-0,1147	0,7083	0,6154
ODS 14	0,0707	0,5453	0,4953	0,5476
ODS 15	0,0719	0,5380	0,6138	0,6722
ODS 16	0,7267	0,2175	0,1521	0,5986

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os resultados evidenciados na Tabela 1 mostram que, com o auxílio da AFE, os ODS podem ser ordenados em três grupos. Tais grupos, considerando o raciocínio de Queiroz et al. (2021), conferem às dimensões dos ODS propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) que, de acordo com as discussões de Azapagic (2003), Jamali (2006), Barbieri et al. (2010) e Dyllick e Hockerts (2002), se referem a metas econômicas, ambientais e sociais. Nesse contexto, ao verificar cada um dos grupos e os ODS que participam de cada agrupamento associou-se o Fator 1 à dimensão Social, o Fator 2 à dimensão Econômica, e o Fator 3 à dimensão Ambiental.

3.3 Empresa familiar, controle familiar e gestão familiar

Para categorizar a empresa como familiar considerou-se a lógica apresentada no trabalho de Shyu (2011), o qual preconiza que uma empresa familiar de capital aberto possui, pelo menos, 10% das ações referentes ao capital votante em posse de membros de uma mesma família. A partir dessa lógica foi possível verificar, utilizando-se o site Fundamentus® e analisando-se os sobrenomes dos acionistas, se as empresas que compõem a amostra são familiares ou não. No que diz respeito ao controle familiar, buscou-se verificar nestas empresas se a maioria do capital votante está em propriedade dos membros da família. Sobre a gestão familiar, recorreu-se aos procedimentos mencionados por Villalonga e Amit (2006), os quais predizem que a gestão familiar é caracterizada por alguns aspectos, como: (i) se o CEO da empresa é um membro da(s) família(s) proprietária(s) da empresa; (ii) se membros da(s) família(s) proprietária(s) da empresa ocupam cargos na direção do alto escalão executivo; e (iii) se membros da(s) família(s) proprietária(s) da empresa ocupam cargos, como presidente ou conselheiros do conselho de administração.

3.4 Variáveis da pesquisa

Os procedimentos utilizados consideraram o raciocínio de Queiroz et al. (2021) para o cálculo das três dimensões dos ODS (Social, Econômico e Ambiental). Os critérios utilizados – levaram em conta a lógica de Shyu (2011), Robalo (2019), Nascimento (2020) e Villalonga e Amit (2006) – para identificar características (empresa familiar, controle familiar e gestão familiar) nas empresas analisadas. Na Tabela 2 são apresentadas as variáveis dependentes e independentes (interesse e controle) verificadas neste estudo.

Tabela 2

Variáveis da pesquisa

Variáveis dependentes			
Variáveis	Descrição	Operacionalização	Fonte
Dimensão Social (DSOC)	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à Dimensão Social	ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 8, ODS 10 e ODS 16	ONU (2015)
Dimensão Econômica (DECO)	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à Dimensão Econômica	ODS 1, ODS 2, ODS 6 e ODS 14	ONU (2015)
Dimensão Ambiental	Objetivos de Desenvolvimento	ODS 7, ODS 9, ODS 11,	ONU (2015)

(DAMB)	Sustentável relacionados à Dimensão Ambiental	ODS 12, ODS 13 e ODS 15	
Variáveis independentes			
Variáveis independentes de interesse			
Variáveis	Descrição	Operacionalização	Fonte
Empresa Familiar (EFAM)	Empresas que possuem pelo menos 10% do capital votante em propriedade de membros da família	Variável dicotômica: (0) empresa não familiar e (1) empresa familiar	Shyu (2011)
Controle Familiar (CFAM)	Empresas que possuem maioria do capital votante em posse dos membros da família	Variável dicotômica: (0) não possui maioria do capital votante em posse de alguma família e (1) possui maioria do capital votante em posse da família	Robalo (2019) Nascimento (2020)
Gestão Familiar (GFAM)	Empresas familiares que possuem membros da família em cargos do alto escalão executivo	Variável dicotômica: (0) empresa familiar que não possui membros da família em cargos do alto escalão executivo e (1) empresa familiar que possui membros da família em cargos do alto escalão executivo	Villalonga e Amit (2006)
Variáveis independentes de controle			
Variáveis	Descrição	Operacionalização	Fonte
Concentração Acionária (CA)	Concentração de ações com direito a voto	Empresas cujo acionista principal possui mais/menos de 50% das ações com direito a voto	Braga et al. (2009), Murcia e Santos (2009)
Rentabilidade sobre o Ativo (ROA)	Calcula o lucro operacional gerado por cada unidade monetária do ativo	Lucro Operacional/Ativo Total Médio	Stanwick e Stanwick (2000), Aydoğmuş et al. (2022)
Market-to-book (MB)	Calculado pelo valor de mercado sobre o patrimônio líquido da firma i no período t.	Valor de mercado/Valor contábil	Vilhena e Camargos (2015) Di Simone et al. (2022)
Crescimento da Receita (CREC)	Representa a variação percentual da receita líquida do período atual em relação ao período anterior	$((\text{Receita Líquida}_t / \text{Receita Líquida}_{t-1}) - 1) * 100$	Garvey et al. (2018) e Zahid et al. (2022)
Endividamento (END)	Proporção de capitais de terceiros financiando o ativo total	Passivo Exigível / Patrimônio Líquido	Huang e Kung (2010) e Alareeni e Hamdan (2020)
Tamanho (TAM)	Ativo total no final de cada período da companhia transformado para sua base logarítmica.	Logaritmo neperiano do Ativo Total	Chow e Wong-Boren (1987), Fernandes (2013), Silva et al. (2015)
Ano	Representa os períodos anuais	Variáveis Dummy dicotômicas que representam os períodos anuais 2019 a 2021, com o ano de 2019 como variável de referência	

Fonte: Elaboração própria (2022).

3.5 Modelos econométricos e tratamentos estatísticos

Em relação ao objetivo deste estudo foram desenvolvidos modelos econométricos para averiguar se o fato de a empresa: (i) ser familiar, (ii) ter controle familiar ou (iii) ter gestão familiar, tem relação com a dimensão social, econômica ou ambiental dos ODS. Esses modelos econométricos são representados por meio da Equação 1:

$DSOC_{it}$ ou $DECO_{it}$ ou $DAMB_{it}$

$$= EFAM_{it} + CFAM_{it} + GFAM_{it} + ROA_{it} + MB_{it} + CREC_{it} + END_{it} + TAM_{it} + \sum_{t=2}^3 \varphi ANO_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde: $DSOC_{it}$ = dimensão social dos ODS da companhia i no período t ; $DECO_{it}$ = dimensão econômica dos ODS da companhia i no período t ; $DAMB_{it}$ = dimensão ambiental dos ODS da companhia i no período t ; $EFAM_{it}$ = empresa familiar da companhia i no período t ; $CFAM_{it}$ = controle familiar da companhia i no período t ; $GFAM_{it}$ = gestão familiar da companhia i no período t ; ROA_{it} = rentabilidade sobre o ativo da companhia i no período t ; MB_{it} = *market to book* da companhia i no período t ; $CREC_{it}$ = crescimento da receita da companhia i no período t ; END_{it} = endividamento total da companhia i no período t ; TAM_{it} = tamanho da companhia i no período t ; ANO = duas variáveis dummies que correspondem aos anos de 2020 e 2021, sendo que o ano de 2019 é o de referência.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da regressão com dados em painel. Em momento anterior a esta análise, as variáveis quantitativas foram submetidas ao tratamento de winsorização de 1% e 99%. No caso da regressão de dados em painel, o primeiro procedimento consistiu em submeter os dados ao teste L.M. de Breusch-Pagan para verificar qual estimação que melhor se ajusta aos dados (Pooled ou Efeito Aleatório). Não foi considerada a estimação em efeitos fixos, porque no modelo econométrico existem variáveis (empresa familiar) que não variaram ao longo do tempo em nenhuma das empresas analisadas. Na sequência, os dados foram submetidos aos testes que permitiram averiguar a validade dos pressupostos (inexistência de multicolinearidade, homocedasticidade dos resíduos e ausência de autocorrelação serial de primeira ordem) da análise de dados em painel (Fávero & Belfiore, 2017). Tais pressupostos foram verificados por meio do teste de *Variance Inflation Factor* (VIF), Breusch-Pagan e Wooldridge, respectivamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Estatística descritiva e análise inferencial

Os resultados descritivos das variáveis utilizadas nesta pesquisa são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3

Variáveis da pesquisa

Painel A: Variáveis quantitativas

Variáveis	Média	Desvio-padrão			Mínimo	Máximo	Obs.
		O	B	W			
DSOC	0,0274	0,9522	0,6734	0,6745	-3,6526	1,1840	126
DECO	-0,0067	0,9858	0,7070	0,6854	-2,1201	1,3108	126
DAMB	0,0138	0,9748	0,7542	0,6273	-3,0615	1,6825	126
ROA	3,4365	5,6184	4,7722	2,9438	-22,7330	15,0831	126
MB	3,7815	4,8014	3,4995	3,2751	-8,8693	25,1161	126
CRESC	20,1858	30,2882	18,8728	24,6391	-41,6093	155,6094	126
END	72,8955	22,7369	21,6007	7,1162	26,9063	189,5805	126
TAM	24,0884	0,9602	0,9611	0,2043	21,2205	26,2242	126

Painel B: Variáveis qualitativas

Variáveis	Possui a característica que se refere à variável		Não possui a característica que se refere à variável		Obs.
	FA	FR	FA	FR	
EFAM	66	52,38%	60	47,62%	126
CFAM	29	23,02%	97	76,98%	126
GFAM	49	38,89%	77	61,11%	126
CA	23	18,25%	103	81,75%	126

Nota. O: Overall; B: Between; W: Within; Obs. = Observações; FA: frequência absoluta; e FR: Frequência Relativa. Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os achados indicaram que a média da dimensão social foi de 0,027 com desvio padrão de $\pm 0,952$. Além disso, nota-se que a média da dimensão econômica e dimensão ambiental foi de -0,006 ($\pm 0,986$) e 0,014 ($\pm 0,975$), respectivamente. No que se refere às variáveis independentes de interesse do estudo, percebe-se que a maior parte das observações (52,38%) são oriundas de empresas familiares. Esse resultado evidencia que a maior parte das empresas brasileiras pertencentes ao ISE são familiares, o que é um resultado interessante, uma vez que mesmo com a abertura de capital para negociar as ações em bolsa de valores, a maioria das companhias continua sob o domínio de famílias.

Quanto ao controle familiar, os resultados indicam que 23,02% das observações se referem a empresas familiares que possuem maioria do capital votante, isto é, a família controla efetivamente a empresa. Esse resultado mostra que há concentração significativa da participação acionária de quase um quarto das empresas participantes do ISE em propriedade de famílias. Além disso, pode-se aduzir que a permanência da posse da maioria do capital votante pelas famílias pode ser uma estratégia dos membros familiares, relação essa explicitada em alguns estudos (Monteiro et al., 2019; Pestana et al., 2021) que descrevem a preocupação dos membros da família em conservar seu poder dentro da companhia, haja vista que a empresa constitui um patrimônio que poderá ser repassado para as próximas gerações.

Além disso, nota-se que nem todas as empresas familiares possuem gestão familiar, uma vez que das 66 observações que se referem a empresas familiares, apenas 49 (38,89% da amostra total) possuem membros da mesma família em cargos do alto escalão executivo. Resultado que pode estar ligado ao crescimento da própria companhia, uma vez que se percebe que membros da família contratam gestores profissionais para conduzirem a empresa, o que é evidenciado em diversos estudos (Jensen & Meckling, 1976; Eisenhardt, 1989; Lopes et al., 2017; Rengel et al., 2020; Harymawan et al., 2020), os quais mencionam que tais gestores proporcionam aumento de desempenho devido a maior propensão ao risco máximo quando possuem planos de incentivo voltados a esse propósito, como planos de remuneração variável.

Apesar disso, os resultados referentes às variáveis centrais da pesquisa (dimensões do ODS, empresa familiar, gestão familiar e controle familiar) podem ter apresentado diferença significativa ao longo do intervalo de tempo analisado, sobretudo em 2020, por ter sido o primeiro ano da pandemia de Covid-19, o que pode ter influenciado as estratégias de ações socioambientais das empresas. Para averiguar se houve diferença significativa das variáveis DSOC, DECO e DAMB, os dados dessas variáveis foram submetidos ao teste de Kruskal-Wallis separadamente, considerando-se os períodos anuais como grupos da análise. Os resultados do teste Kruskal-Wallis sugerem que a dimensão social ($X^2 = 2,450$; valor-p < 0,293), a dimensão econômica ($X^2 = 0,072$; valor-p < 0,965) e a dimensão ambiental ($X^2 = 1,020$; valor-p < 0,606) não apresentaram diferença significativa ao longo do período analisado, o que indica que as empresas não alteraram os níveis de práticas em nenhuma das três dimensões dos ODS, mesmo no período de pandemia.

A fim de averiguar se houve diferença significativa das variáveis EFAM, CFAM e GFAM, analisaram-se as informações por meio do teste Q de Cochran ao nível de 5%. Para isso, consideraram-se os períodos anuais como grupos para a concretização dessa análise. Os resultados do teste de Cochran indicam que as variáveis empresa familiar ($X^2 = 0,250$; p < 0,882), gestão familiar ($X^2 = 0,348$; p < 0,840) e controle familiar ($X^2 = 1,052$; p < 0,949) não tiveram variações significativas ao longo do período analisado. Dessa forma, entende-se que não houve mudança significativa na forma em que as famílias estão presentes nas empresas de capital aberto que negociam ações no Índice de Sustentabilidade da B3, mesmo em período pandêmico.

Em momento posterior, procedeu-se à análise de regressão com dados em painel. O teste LM de Breusch-Pagan, em todos os modelos multivariados, indicou que a estimação por efeitos

aleatórios é melhor adequada aos dados, uma vez que tal teste foi significativo em nível de 5% em todos os modelos de regressão multivariada. Assim, as variáveis dos três modelos apresentaram valores de VIF inferiores a cinco, indicando ausência de multicolinearidade, como recomendado por Fávero e Belfiore (2017). Aplicou-se ainda o teste de Breusch-Pagan e Wooldridge, sendo que quando os resultados desses testes indicaram a presença de heterocedasticidade dos resíduos ou autocorrelação serial de primeira ordem, o modelo de regressão multivariado foi estimado com a clusterização nos indivíduos, como sugestão de Fávero e Belfiore (2017). Os resultados da aplicação dos modelos de regressão com dados em painel são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4
Estatística descritiva

Variáveis	DSOC	DECO	DAMB
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
	Coef.	Coef.	Coef.
EFAM	0,3701	0,2972	0,2198
CFAM	-0,3095	-0,2127	-0,0907
GFAM	-0,5290**	0,0453	-0,2147
CA	0,1233	0,4642	0,1546
ROA	-0,0161	0,0456*	0,0237*
MB	0,0163	-0,0035	-0,0230
CRESC	-0,0003	-0,0003	-0,0056**
END	-0,0115**	0,0032	0,0002
TAM	0,3019	0,0975	0,2176*
Constante	0,1386	-2,9367	-5,0476
CP	Sim	Sim	Sim
R ² Within	0,0995	0,0194	0,083
R ² Between	0,1787	0,1464	0,1997
R ² Overall	0,1442	0,0846	0,1504
Test Wald	20,81***	7,18***	26,78***
Observações	126	126	126
Teste de escolha da estimação mais adequada aos dados			
LM Breusch-Pagan	4,32**	5,99***	12,41***
Pressupostos			
VIF (mínimo)	1,21	1,21	1,21
VIF (máximo)	3,56	3,56	3,56
Breusch-Pagan	25,72***	2,48	10,57**
Wooldridge	4,51**	0,20	7,142**

Nota. * significância ao nível de 10%; **significância ao nível de 5%; ***significância ao nível de 1%. Coef. = Coeficiente; CP = Controle de Períodos; VIF = Variance Inflation Factor; L.M. Breusch-Pagan = Teste de Multiplicador Lagrange de Breusch-Pagan. As regressões com dados em painel foram estimadas por meio do efeito aleatório com clusterização nos indivíduos quando foi constatada a presença de heterocedasticidade nos resíduos ou autocorrelação serial de primeira ordem. A variável de controle de período teve como referência o ano de 2019.

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os resultados do Modelo 1 indicaram que a gestão familiar (Coef.: 0,529; valor-p <0,025) apresentou relação negativa e significativa com a dimensão social. As demais variáveis de interesse, empresa familiar (Coef.: 0,370; valor-p <0,290) e controle familiar (Coef.: -0,309; valor-p <0,261), não apresentaram relação significativa com a dimensão social. O Modelo 2 indicou que a empresa familiar (Coef.: 0,297; valor-p < 0,419), controle familiar (Coef.: -0,213; valor-p < 0,542) e gestão familiar (Coef.: 0,045; valor-p < 0,895) não estão relacionadas com a dimensão econômica. Resultado similar é apontado no Modelo 3, onde a dimensão ambiental não tem efeito significativo das variáveis empresa familiar (Coef.: 0,219; valor-p < 0,596), controle familiar (Coef.: -0,091; valor-p < 0,805) e gestão familiar (Coef.: -0,214; valor-p < 0,532).

4.2 Discussão dos resultados

A partir dos resultados obtidos, pode-se observar que a variável empresa familiar não apresenta diferenças significativas nas dimensões social, econômica e ambiental. O referido achado contradiz o que se observa na literatura (Clauss et al., 2022), que aduz haver uma relação positiva entre empresas familiares e práticas sustentáveis. De acordo com Clauss et al. (2022), empresas familiares possuem maior propensão a exercerem práticas sustentáveis devido a sua estrutura de formação organizacional, além de as famílias fundadoras possuírem maiores laços com a sua rede social, o que proporciona maior proximidade e responsabilidade social em suas práticas para o ambiente global.

Sobre o controle familiar, os resultados indicaram ausência de significância em relação às três esferas - social, econômica e ambiental. Dessa maneira, independentemente do controle (familiar ou não familiar), não foi constatada diferença das práticas socioambientais desenvolvidas pelas empresas analisadas. Esse resultado está em desconcerto com os apresentados nos trabalhos de Oudah et al. (2018), Ferreira et al. (2021), Kazancoglu et al. (2021) e Haddoud et al. (2021), uma vez que estes descobriram que empresas familiares contribuem positivamente para o uso de tecnologia nos processos de produção limpa, assim como para o aumento da percepção de práticas socioambientais das empresas familiares em relação às empresas não familiares, respetivamente.

Uma justificativa para isso está nas ações socioambientais que as empresas não familiares realizam. Essas empresas também adotam práticas socioambientais (Adomako et al., 2019) visando enfrentar a crise das mudanças climáticas (Miroshnychenko & Massis, 2022). A adoção de tais práticas não acontece sem qualquer interesse, elas são realizadas a partir de diferentes fatores que influenciam a condução das decisões dos gestores do alto escalão executivo, como pressão de investidores e órgãos reguladores. Essa pode ser uma das justificativas para as empresas listadas no ISE, controladas ou não por uma família, não apresentarem diferença significativa no que se refere à adoção de ações sustentáveis.

A terceira variável analisada diz respeito à gestão familiar. Os achados sugerem que empresas com gestão familiar adotam menor nível de práticas ligadas aos ODS da dimensão social em relação a empresas não familiares. No entanto, essa diferença não ocorre ao considerar as dimensões econômica e ambiental. Esse resultado vai contra a lógica exposta por Fritz et al. (2021), que descobriram que empresas familiares tendem a acentuar as preocupações sociais quando consideram a busca pela criação de valor regional. Do mesmo modo destoia do trabalho de Tiberius et al. (2021), quando consideraram empresas alemãs e suíças, e encontraram predominância das empresas familiares relacionadas às dinâmicas econômicas e sociais.

Algumas justificativas podem amenizar esses resultados. Uma considera que as empresas podem estar mais preocupadas com ações ligadas à sustentabilidade financeira (dimensão econômica) e ambiental (dimensão ambiental). Isso pode decorrer de pressões externas, voltadas à responsabilidade ambiental das empresas que exercem atividade econômica no Brasil, país apontado como um potencial líder nas questões ambientais no enfrentamento às mudanças climáticas. Por esse motivo, não houve diferença significativa de práticas relacionadas à dimensão econômica e ambiental, independente da característica da gestão da empresa (familiar ou não familiar). Outra justificativa refere que as empresas com gestão familiar podem estar realizando menor adoção de práticas da dimensão social do que empresas sem gestão familiar, ao considerar as discussões presentes no trabalho de Blodgett et al. (2011), quando mencionam que as empresas com gestão familiar se preocupariam mais com valores éticos ligados à integridade e honestidade, diferente das empresas não familiares, cujo foco é voltado para ações sociais.

Pode-se aludir ainda que a divergência de resultados encontrada em relação às pesquisas (Adomako et al., 2019; Fritz et al., 2021; Tiberius et al., 2021; Miroshnychenko & Massis, 2022)

se justifique pela evidência que o Brasil possui no cenário mundial - no tocante às questões ambientais, de maneira que as empresas atuantes no país se vejam conduzidas a implementar mais práticas sustentáveis, independentemente de serem empresas caracterizadas como familiares ou não. Outra possibilidade conjecturada diz respeito à interferência da legislação vigente no Brasil. As leis de um país podem atuar de maneira decisiva na implementação de práticas sustentáveis, seja punindo ou estimulando a adoção de medidas que corroborem para uma atuação socioambientalmente mais amigável, ou pressionando e, como mencionado por Wu et al. (2022), influenciando ou combatendo o gerenciamento de impressão.

No que diz respeito às variáveis de controle, percebe-se que a concentração acionária não está relacionada às dimensões: (i) social, (ii) econômica e (iii) ambiental dos ODS, o que contradiz o estudo de Braga et al. (2009), uma vez que a concentração acionária é uma característica da estrutura de propriedade, que influencia a adoção de práticas socioambientais. Sobre as variáveis ligadas aos aspectos de natureza econômico-financeira das companhias, descobriu-se que o *market-to-book* não está relacionado à nenhuma das três dimensões dos ODS, evidência que é diferente da encontrada por Di Simone et al. (2022), uma vez que os autores descobriram que há uma relação positiva entre o *market-to-book* e práticas socioambientais.

Em contrapartida, as variáveis rentabilidade sobre o ativo e tamanho apresentaram relação positiva e significativa com pelo menos uma das dimensões dos ODS, com enfoque nas dimensões econômica e ambiental. Resultados semelhantes aos de alguns estudos (Stanwick & Stanwick, 2000; Fernandes, 2013; Silva et al., 2015; Aydoğmuş et al., 2022) que também encontraram relação positiva da rentabilidade sobre o ativo e tamanho com a adoção de práticas ambientais. Essa relação advém da lógica de que empresas mais rentáveis têm maior capacidade de implementar práticas socioambientais. Além disso, o raciocínio está concentrado no entendimento que empresas de maior porte/tamanho estão em maior evidência frente aos investidores. E, para se manterem competitivas no mercado e também diante da pressão dos acionistas, buscam adotar práticas socioambientais, especialmente diante de uma sociedade que valoriza organizações que implementam tais práticas.

As variáveis crescimento da receita e endividamento demonstraram haver uma relação significativa com as dimensões dos ODS, contudo se mostra negativa, com destaque para as dimensões ambiental e social, respectivamente. Esse indício está em desacordo com evidências apresentadas por pesquisas, tais quais as de Huang e Kung (2010) e Alareeni e Hamdan (2020), uma vez que essas detectaram que empresas com maiores níveis de endividamento adotam mais práticas socioambientais. Para além disso, a relação negativa encontrada entre crescimento da receita e uma das dimensões dos ODS, está dissonante das discussões travadas nos trabalhos de Garvey et al. (2018) e Zahid et al. (2022), uma vez que os autores mencionam que características de desempenho ligadas à receita estão positivamente relacionadas à adoção de práticas socioambientais.

5 CONCLUSÃO

Os resultados alcançados no presente trabalho evidenciaram que companhias com membros da família à frente da alta cúpula executiva adotam menos práticas ligadas aos ODS na dimensão social. De outra maneira, os achados indicam que o fato de a empresa ser familiar ou ser controlada por membros de uma família não está relacionado às práticas dos ODS nas dimensões social, econômica e ambiental. Adicionalmente, os achados elucidam que empresas com gestão familiar não possuem relação com o uso dos ODS ao considerar as dimensões econômica e ambiental.

Esses achados geram algumas contribuições à literatura, especialmente se considera resultados encontrados por Oudah et al. (2018), Ferreira et al. (2021), Kazancoglu et al. (2021) e Haddoud et al. (2021), visto ter se concluído que as empresas familiares de controle familiar e de

gestão familiar não adotam em maior nível práticas ligadas aos ODS em relação às empresas não familiares. Complementa-se assim a discussão, uma vez que o Brasil, país reconhecido como uma potência ambiental, tem um ambiente que propicia às empresas - ainda que não familiares, sem controle familiar e sem gestão familiar - a adoção de ações socioambientais.

Os achados desta pesquisa contribuem, também, com a sociedade, ao constatar que as empresas que participam da carteira do ISE têm atuado com maior sensibilidade e responsabilidade em relação às dimensões econômica, social e ambiental, e têm se sobressaído em relação a empresas de alguns países. Para além disso, pode-se dizer que os resultados podem auxiliar usuários externos da informação, como investidores e credores, permitindo que percebam que as empresas participantes do ISE prezam pelo compromisso com a Agenda 2030 por meio da adoção de práticas ligadas aos ODS. Desse modo, esses usuários podem se preocupar com outros aspectos ligados às empresas nas quais desejem investir, como níveis de assimetria, transparência, e gerenciamento de impressão.

Este estudo não foi isento de limitações, tendo se restringido a verificar a menção dos ODS nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios de Administração publicados pelas organizações, não havendo uma efetiva averiguação de como as práticas relacionadas aos ODS eram desenvolvidas. Também não foi verificada a prevalência de determinadas práticas sobre outras, e tampouco se pode mensurá-las. Ademais, tem o fato de o estudo se delimitar a empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), sem contemplar as empresas não participantes do ISE.

Nesse passo, sugere-se para pesquisas futuras, uma análise pormenorizada dos relatórios, a partir da realização de um levantamento das práticas relacionadas a cada ODS de empresas listadas e não listadas no ISE, a fim de compará-las. Sugere-se ainda a verificação da prioridade de práticas existentes nas empresas e eventuais estudos de casos que permitam averiguar como se dá o desenvolvimento das práticas que a empresa afirma realizar e a adequação aos correlatos ODS, dando voz aos diversos atores sociais envolvidos ou beneficiados com as ações da organização.

REFERÊNCIAS

- Adams, C. A. (2017). *The Sustainable Development Goals, integrated thinking and the integrated report*. https://integratedreporting.org/wpcontent/uploads/2017/09/SDGs-and-the-integrated-report_full17.pdf
- Adomako, S., Amankwah-Amoah, J., Danso, A., Konadu, R., & Owusu-Agyei, S. (2019). Environmental sustainability orientation and performance of family and nonfamily firms. *Business Strategy and the Environment*, 28(6), 1250-1259. <https://doi.org/10.1002/bse.2314>
- Alareeni, B. A., & Hamdan, A. (2020). ESG impact on performance of US S&P 500-listed firms. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 20(7), 1409-1428. <https://doi.org/10.1108/CG-06-2020-0258>
- Ampenberger, M., Schmid, T., Achleitner, A. K., & Kaserer, C. (2013). Capital structure decisions in family firms: empirical evidence from a bank-based economy. *Review of Managerial Science*, 7(3), 247-275. <https://doi.org/10.1007/s11846-011-0077-2>
- Aydoğmuş, M., Gülay, G., & Ergun, K. (2022). Impact of ESG performance on firm value and profitability. *Borsa Istanbul Review*, 22(S2), 119-127. <https://doi.org/10.1016/j.bir.2022.11.006>

- Azapagic, A. (2003). Systems approach to corporate sustainability: a general management framework. *Process Safety and Environmental Protection*, 81(5), 303-316. <https://doi.org/10.1205/095758203770224342>
- B3 (2022). *O que é o ISE B3*. <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>
- Barbieri, J. C., Vasconcelos, I. F. G. D., Andreassi, T., & Vasconcelos, F. C. D. (2010). Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de administração de empresas*, 50, 146-154. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000200002>
- Blodgett, M. S., Dumas, C., & Zanzi, A. (2011). Emerging trends in global ethics: A comparative study of US and international family business values. *Journal of Business Ethics*, 99(1), 29-38. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1164-7>
- Braga, J. P., Oliveira, J. R.S., & Salotti, B. M. (2009). Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 3(3), 81-95. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v3i3.3819>
- Brenes, E. R., Madrigal, K., & Requena, B. (2011). Corporate governance and family business performance. *Journal of Business Research*, 64(3), 280-285. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2009.11.013>
- Calixto, L. (2013). A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. *Revista de Administração (São Paulo)*, 48(4), 828-842. <https://doi.org/10.5700/rausp1124>
- Campos, L. M. D. S., Sehnem, S., Oliveira, M. D. A. S., Rossetto, A. M., Coelho, A. L. D. A. L., & Dalfovo, M. S. (2013). Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Gestão & Produção*, 20(4), 913-926. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2013005000013>
- Castro Sobrosa Neto, R., Lima, C. R. M., Bazil, D. G., Oliveira Veras, M. O., & Andrade Guerra, J. B. S. O. A. (2020). Sustainable development and corporate financial performance: A study based on the Brazilian Corporate Sustainability Index (ISE). *Sustainable Development*, 28(4), 960-977. <https://doi.org/10.1002/sd.2049>
- Chow, C. W., & Wong-Boren, A. (1987). Divulgação financeira voluntária por empresas mexicanas. *Revisão contábil*, 533-541.
- Clauss, T., Kraus, S., & Jones, P. (2022). Sustainability in family business: Mechanisms, technologies and business models for achieving economic prosperity, environmental quality and social equity. *Technological Forecasting and Social Change*, 176, 121450. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121450>
- Di Simone, L., Petracci, B., & Piva, M. (2022). Economic sustainability, innovation, and the ESG factors: An empirical investigation. *Sustainability*, 14(4), 2270. <https://doi.org/10.3390/su14042270>

- Dyllick, T., & Hockerts, K. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. *Business strategy and the environment*, 11(2), 130-141. <https://doi.org/10.1002/bse.323>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: An assessment and review. *Academy of Management Review*, 14(1), 57-74.
- Elkington, J. (2018). 25 years ago I coined the phrase “triple bottom line.” Here’s why it’s time to rethink it. *Harvard business review*, 25, 2-5.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil.
- Ferasso, M., Beliaeva, T., Kraus, S., Clauss, T., & Ribeiro-Soriano, D. (2020). Circular economy business models: The state of research and avenues ahead. *Business Strategy and the Environment*, 29(8), 3006-3024. <https://doi.org/10.1002/bse.2554>
- Fernandes, S. M. (2013). Fatores que influenciam o disclosure ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. *Revista Ambiente Contábil*, 5(2), 250-267.
- Ferreira, J. J., Fernandes, C. I., Schiavone, F., & Mahto, R. V. (2021). Sustainability in family business—A bibliometric study and a research agenda. *Technological forecasting and social change*, 173, 121077. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121077>
- Fritz, M., Ruel, S., Kallmuenzer, A., & Harms, R. (2021). Sustainability management in supply chains: the role of familiness. *Technological forecasting and social change*, 173(C). <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121078>
- Garvey, G. T., Iyer, M., & Nash, J. (2018). Carbon footprint and productivity: does the “E” in ESG capture efficiency as well as environment. *Journal of Investment Management*, 16(1), 59-69.
- Haddoud, M. Y., Onjewu, A. K. E., & Nowiński, W. (2021). Environmental commitment and innovation as catalysts for export performance in family firms. *Technological forecasting and social change*, 173, 121085. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121085>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman editora.
- Harymawan, I., Agustia, D., Nasih, M., Inayati, A., & Nowland, J. (2020). Remuneration committees, executive remuneration, and firm performance in Indonesia. *Heliyon*, 6(2), e03452. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e03452>
- Harvey F. (2021). Cop26: world on track for disastrous heating of more than 2.4C. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/environment/2021/nov/09/cop26-sets-course-for-disastrous-heating-of-more-than-24c-says-key-report>

- Hsueh, J. W. J. (2018). Governance structure and the credibility gap: Experimental evidence on family businesses' sustainability reporting. *Journal of business ethics*, 153(2), 547-568. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3409-y>
- Huang, C. L., & Kung, F. H. (2010). Drivers of environmental disclosure and stakeholder expectation: Evidence from Taiwan. *Journal of business ethics*, 96(3), 435-451. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0476-3>
- Jamali, D. (2006). Insights into triple bottom line integration from a learning organization perspective. *Business Process Management Journal*. <https://doi.org/10.1108/14637150610710945>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- Kazancoglu, Y., Sezer, M. D., Ozkan-Ozen, Y. D., Mangla, S. K., & Kumar, A. (2021). Industry 4.0 impacts on responsible environmental and societal management in the family business. *Technological forecasting and social change*, 173, 121108. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121108>
- Kraemer, M. E. P. (2005). Responsabilidade social corporativa: uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 4(1), 1-50.
- Lindgreen, A., & Swaen, V. (2010). Corporate social responsibility. *International journal of management reviews*, 12(1), 1-7. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2009.00277.x>
- Liszbinski, B. B., & Brizolla, M. M. B. (2021). Engajamento Corporativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: mapeando a frente de pesquisa. *Vivências*, 17(33), 83-105. <https://doi.org/10.31512/vivencias.v17i33.363>
- Long, R. G., & Mathews, K. M. (2011). Ethics in the family firm: Cohesion through reciprocity and exchange. *Business ethics quarterly*, 21(2), 287-308. <https://doi.org/10.5840/beq201121217>
- Lopes, I. F., Gasparetto, V., Schnorrenberger, D., & Lunkes, R. J. (2017). Relação do desempenho financeiro e dos riscos operacionais na remuneração de executivos de empresas brasileiras com ADRs. *Contabilidade Vista & Revista*, 28(3), 22-52.
- Mason, F.C., (2021). Is sustainability a priority for your company? *Family Business Magazine*. <https://www.familybusinessmagazine.com/sustainability-priority-your-company-0>
- Mehboob, F. Tahir, S., & Hussain, T. (2015). Impact of family ownership on financial decisions of a firm: An analysis of pharmaceutical and chemical sectors in Pakistan. *EuroAsian Journal of Economics and Finance*, 3(2), 103-112.
- Mindt, L., & Rieckmann, M. (2017). Desarrollo de las competencias para el emprendimiento orientado a la sostenibilidad en la educación superior: una revisión bibliográfica de los métodos de enseñanza y aprendizaje. Teoría de la Educación. *Revista Interuniversitaria*, 29(1), 129-159. <http://dx.doi.org/10.14201/teoredu2017291129159>

- Miroshnychenko, I., & De Massis, A. (2022). Sustainability practices of family and nonfamily firms: a worldwide study. *Technological Forecasting and Social Change*, 174, 121079. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121079>
- Monteiro, J. J., Gasparetto, V., & Lunkes, R. J. (2019). Influência da gestão familiar na estrutura de capital. *Revista Pensamento contemporâneo em administração*, 13(2), 1-17. <https://doi.org/10.12712/rpca.v13i2.28146>
- Morioka, S. N., Bolis, I., Evans, S., & Carvalho, M. M. (2017). Transforming sustainability challenges into competitive advantage: Multiple case studies kaleidoscope converging into sustainable business models. *Journal of Cleaner Production*, 167, 723-738. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.08.118>
- Munck, L., Munck, M. G. M., & Borim-de-Souza, R. (2011). Sustentabilidade organizacional: a proposição de uma *framework* representativa do agir competente para seu acontecimento. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4(SPE), 147-158.
- Nascimento, J. F. (2020). *Responsabilidade socioambiental em empresas familiares brasileiras*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba].
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2015). *Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>
- Ortiz-de-Mandojana, N., & Bansal, P. (2016). The long-term benefits of organizational resilience through sustainable business practices. *Strategic Management Journal*, 37(8), 1615-1631. <https://doi.org/10.1002/smj.2410>
- Oudah, M., Jabeen, F., & Dixon, C. (2018). Determinants linked to family business sustainability in the UAE: An AHP approach. *Sustainability*, 10(1), 246. <https://doi.org/10.3390/su10010246>
- Pestana, L. J., Gomes, L. P., & Lopes, C. (2021). Testando a estrutura de capital de empresas familiares portuguesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 32, 510-527. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202113190>
- Platikanova, P. (2017). Debt maturity and tax avoidance. *European Accounting Review*, 26(1), 97-124. <https://doi.org/10.1080/09638180.2015.1106329>
- Queiroz, J. N., Silva, R. C., & Francisco, J. R. S. (2021). Ações adotadas pelas empresas da B3 alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise dos relatórios de sustentabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(2), 37-50.
- Rengel, R., Sousa, A. M., Monteiro, J. J., & Meurer, R. M. (2020). Análise da relação entre o risco e a remuneração dos executivos das empresas listadas na B3. *Iberoamerican Journal of Strategic Management*, 19(1), 148-168. <https://doi.org/10.5585/riae.v19i1.16787>

- Robalo, M. C. (2019). *Empresas familiares e a divulgação da responsabilidade social: o caso português*. [Dissertação de Mestrado, Escola de Ciências Econômicas e das Organizações, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias].
- Rosati, F., & Faria, L. G. (2019). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of cleaner production*, 215, 1312-1326. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.107>
- Schönherr, N., Findler, F., & Martinuzzi, A. (2017). Exploring the interface of CSR and the sustainable development goals. *Transnational Corporations*, 24(3), 33-47.
- Schramade, W. (2017). Investing in the UN sustainable development goals: opportunities for companies and investors. *Journal of Applied Corporate Finance*, 29(2), 87-99. <https://doi.org/10.1111/jacf.12236>
- Sdg Tracker. (2022). *Measuring progress towards the Sustainable Development Goals*. <https://sdg-tracker.org/>
- Shyu, J. (2011). Family ownership and firm performance: evidence from Taiwanese firms. *International Journal of Managerial Finance*, 7(4), 397-411. <https://doi.org/10.1108/17439131111166393>
- Silva, M. N. D., Lima, J. A. S. D. O., Freitas, M. A. L. D., & Lagioia, U. C. T. (2015). Determinantes do disclosure ambiental nos relatórios de empresas listadas na Bovespa. *Revista Ambiente Contábil*, 7(2), 1-15.
- Song, L., Zhan, X., Zhang, H., Xu, M., Liu, J., & Zheng, C. (2022). How much is global business sectors contributing to sustainable development goals? *Sustainable Horizons*, 1, 100012. <https://doi.org/10.1016/j.horiz.2022.100012>
- Souza, R. F., Gomes, A. R. V., de Lima, S. L. L., dos Santos, G. V., & Dal Vesco, D. G. (2019). A legitimidade do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) frente aos demais Índices B3. *Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(3), 521-542.
- Stanwick, S. D., Stanwick, P. A. (2000). The relationship between environmental disclosures and financial performance: an empirical study of us firms. *Eco-Management and Auditing*, 7, 155-164. [https://doi.org/10.1002/1099-0925\(200012\)7:4<155::AID-EMA137>3.0.CO;2-6](https://doi.org/10.1002/1099-0925(200012)7:4<155::AID-EMA137>3.0.CO;2-6)
- Tiberius, V., Stiller, L., & Dabić, M. (2021). Sustainability beyond economic prosperity: social microfoundations of dynamic capabilities in family businesses. *Technological Forecasting and Social Change*, 173, 121093. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121093>
- Tiradentes, L. (2021). COP 26: expectativas para um mundo melhor? *Revista Ponto de Vista*, 10(3), 01-02.
- Topple, C., Donovan, J. D., Masli, E. K., & Borgert, T. (2017). Corporate sustainability assessments: MNE engagement with sustainable development and the SDGs. *Transnational Corporations*, 24(3), 61-71.

- Vilhena, F. A. C., & Camargos, M. A. (2015). Governança corporativa, criação de valor e desempenho econômico-financeiro: evidências do mercado brasileiro com dados em painel, 2005-2011. *REGE-Revista de Gestão*, 22(1), 77-96. <https://doi.org/10.5700/rege552>
- Villalonga, B., & Amit, R. (2006). How do family ownership, control and management affect firm value? *Journal of financial Economics*, 80(2), 385-417. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2004.12.005>
- Wced, S. W. S. (1987). World commission on environment and development. *Our common future*, 17(1), 1-91.
- Westhead, P., & Howorth, C. (2007). ‘Types’ of private family firms: an exploratory conceptual and empirical analysis. *Entrepreneurship and Regional Development*, 19(5), 405-431. <https://doi.org/10.1080/08985620701552405>
- Wu, B., Monfort, A., Jin, C., & Shen, X. (2022). Substantial response or impression management? Compliance strategies for sustainable development responsibility in family firms. *Technological forecasting and social change*, 174, 121214. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121214>
- Zahid, R. A., Khan, M. K., Anwar, W., & Maqsood, U. S. (2022). The role of audit quality in the ESG-corporate financial performance nexus: Empirical evidence from Western European companies. *Borsa Istanbul Review*, 22(2), 200-212. <https://doi.org/10.1016/j.bir.2022.08.011>